(Em euros)

	Ano			Ano anterior
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
	(1)	(2)	(3=1-2)	
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Activos financeiros disponíveis para venda	9 206 711,12	619 415,45	8 587 295,67	254 418,42
Aplicações em instituições de crédito	13 263 687,75		13 263 687,75	23 366 374,71
Crédito a clientes	43 929 987,56	43 929 937,56	50	97 118,48
Investimentos detidos até à maturidade				
Activos com acordo de recompra				
Derivados de cobertura				
Activos não correntes detidos para venda				
Propriedades de investimento				
Outros activos tangíveis	879 836,75	459 418,60	420 418,15	471 310,60
Activos intangíveis				
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	17 831 895,51	498 797,90	17 333 097,61	16 767 741,48
Activos por impostos correntes				
Activos por impostos diferidos	90 197,93		90 197,93	60 600,47
Outros activos	13 199 641,19	13 127,51	13 186 513,68	16 366 387,76
<i>Total do activo</i>	<u>98 556 572,78</u>	<u>45 520 697,02</u>	<u>53 035 875,76</u>	<u>57 363 054,90</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais				
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Recursos de outras instituições de crédito	757 567,48		757 567,48	6 387 778,97
Recursos de clientes e outros empréstimos				
Responsabilidades representadas por títulos				
Passivos financeiros associados a activos transferidos				
Derivados de cobertura				
Passivos não correntes detidos para venda				
Provisões	2 079,61		2 079,61	17 262,25
Passivos por impostos correntes	628 850,27		628 850,27	1 267 691,39
Passivos por impostos diferidos	58 835,09		58 835,09	55 376,73
Instrumentos representativos de capital				
Outros passivos subordinados				
Outros passivos	4 113 551,21		4 113 551,21	4 084 884,99
<i>Total do passivo</i>	<u>5 560 883,66</u>		<u>5 560 883,66</u>	<u>11 812 994,33</u>
Capital				
Capital	27 669 380		27 669 380	27 669 380
Prémios de emissão	131 749,28		131 749,28	131 749,28
Outros instrumentos de capital				
Acções próprias				
Reservas de reavaliação	- 240 961,30		- 240 961,30	- 23 096,68
Outras reservas e resultados transitados	17 784 179,54		17 784 179,54	13 214 917,69
Resultados do exercício	2 130 644,58		2 130 644,58	4 557 110,28
Dividendos antecipados				
<i>Total do capital</i>	<u>47 474 992,10</u>		<u>47 474 992,10</u>	<u>45 550 060,57</u>
<i>Total do passivo+capital</i>	<u>53 035 875,76</u>		<u>53 035 875,76</u>	<u>57 363 054,90</u>

21 de Junho de 2007. — O Conselho de Administração: *Alberto Heleno do Nascimento Regueira* — *Rui Carreira Madeira* — *Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho* — *Abel António Pinto dos Reis* — *Helena Maria da As=nunicação Franco Bebiano*. — O Responsável pela Contabilidade, *José Neves Gaspar Antunes*.

2611027465

FUNDAÇÃO DR. JOÃO ALMIRO

Anúncio (extracto) n.º 4399/2007

Certifico que, por escritura lavrada em 9 de Maio de 2007, a fl. 32 do livro n.º 55-A do Cartório a cargo de Anabela Maria Bicho Oliveira Antunes Ferreira, foi rectificada a escritura de constituição da Fundação Dr. João Almiro, com sede no lugar e freguesia de Campo de Besteiros, concelho de Tondela, restringindo o objecto social da Fundação e corrigindo a redacção de algumas disposições, pelo que os artigos 1.º, 2.º, 6.º, epígrafe do capítulo III, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, n.º 1, 14.º, 15.º, n.ºs 1 e 2, 16.º, 18.º, n.º 2, e 22.º, alíneas b) e c), passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

A Fundação Dr. João Almiro é uma fundação de solidariedade social, criada por iniciativa e dotação de João Almiro Melo Meneses

e Castro, tem a sua sede na freguesia de Campo de Besteiros, concelho de Tondela, e desenvolve a sua acção predominantemente nesta freguesia e nas freguesias circunvizinhas.

Artigo 2.º

A Fundação Dr. João Almiro tem por objectivo desenvolver acções nas seguintes vertentes:

- Apoio a crianças e jovens no âmbito de actividades de acolhimento, educativas, recreativas e desportivas;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Acolhimento e apoio a pessoas com deficiências;
- Apoio à família;
- Promoção e protecção da saúde e bem-estar dos cidadãos;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Ajuda na resolução de problemas habitacionais das populações.

Artigo 6.º

O património da Fundação é constituído pelos bens e dotações expressamente afectados pelo fundador a esta instituição e que nesta data correspondem a € 498 797,90 em dinheiro, depositado no Banco Espírito Santo (Agência de Campo de Besteiros) e Caixa Económica Montepio Geral (Agência de Tondela) pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela Fundação ou que lhe sejam doados.

CAPÍTULO III

Dos órgãos da Fundação

Artigo 9.º

O exercício de qualquer cargo nos órgãos da Fundação é gratuito, mas pode justificar o pagamento das despesas dele derivadas.

Artigo 10.º

Não podem ser reeleitos ou novamente designados para os órgãos da Fundação as pessoas que, mediante processo judicial, tenham sido removidas dos cargos directivos da Fundação, ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declaradas responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 11.º

Não é permitido aos membros dos órgãos da Fundação o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Fundação.

Artigo 13.º

1 — O conselho de administração e o conselho fiscal são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

Artigo 14.º

1 — Os membros dos órgãos da Fundação não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas em reuniões a que estejam presentes e são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

2 — Além dos motivos previstos na lei, os membros dos órgãos da Fundação ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artigo 15.º

1 — Os membros dos órgãos da Fundação não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

2 — Os membros dos órgãos da Fundação não podem contratar directa ou indirectamente com a Fundação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Fundação.

Artigo 16.º

Das reuniões dos órgãos da Fundação serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes.

Artigo 18.º

1 —

2 — O fundador conferirá posse aos membros dos órgãos da Fundação enquanto for vivo, após a sua morte, a posse será conferida pelo conselho de administração anterior.

Artigo 22.º

b) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e de despesa;

c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o presidente, ou na sua ausência com o secretário.»

Está conforme o original.

28 de Junho de 2007. — A Técnica de Notariado, no uso de poderes delegados pela Notária, *Carla Cristina Pereira Fernandes*.

2611026963

ISCAP JÚNIOR EMPRESA — ASSOCIAÇÃO

Anúncio (extracto) n.º 4400/2007

Certifico que, por escritura de 8 de Março de 2007, iniciada a fl. 112 do livro de notas para escrituras diversas n.º 89-A do Cartório Notarial de Matosinhos, da licenciada Dinora Rocha Martins e Gomes Ferreira, foi constituída a associação, com a denominação mencionada em epígrafe, com sede na Rua de Jaime Lopes Amorim, freguesia de São Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos, com o objecto de desenvolver projectos para o meio empresarial, recorrendo ao meio académico (alunos) para o realizar.

Existem membros honorários, efectivos e *alumni*.

São órgãos sociais da Associação a assembleia geral, a direcção geral, a direcção executiva e o conselho fiscal.

A admissão de novos membros depende da aprovação da direcção.

Não há lugar a pagamento de qualquer quota.

Perdem a qualidade de membro os que solicitarem a sua desvinculação, mediante comunicação por escrito à direcção-geral, os que violarem os estatutos, regulamentos internos e o código de conduta ética da Associação e os que pelas suas acções causem danos graves, pondo em causa o futuro da Associação.

Está conforme.

8 de Março de 2007. — A Notária, *Dinora Rocha Martins e Gomes Ferreira*.

2611027253

L'ENCRE BTT — ASSOCIAÇÃO DE CICLOTURISMO DE MIRANDA DO DOURO

Anúncio (extracto) n.º 4401/2007

Certifico narrativamente que, por escritura lavrada no dia 21 de Maio de 2007 no Cartório Notarial a cargo do notário João Américo Gonçalves Andrade, exarada de fl. 16 a fl. 18 do livro de notas para escrituras diversas n.º 44-B, foi constituída a associação denominada L'Encre BTT — Associação de Cicloturismo de Miranda do Douro, tem a sua sede no edifício da Junta de Freguesia, Avenida de Aranda do Douro, freguesia e concelho de Miranda do Douro, e durará por tempo indeterminado.

A Associação tem por objecto promover o bem-estar físico dos associados, incentivar a prática do desporto como qualidade de vida, organizar eventos desportivos, em particular, provas de BTT, divulgar o concelho de Miranda do Douro.

São órgãos da Associação:

- a) A assembleia geral;
- b) A direcção;
- c) O conselho fiscal.

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários, competindo-lhe convocar e dirigir as reuniões da assembleia geral e redigir as respectivas actas.

A direcção é composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro, competindo-lhes a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar, representar a Associação em juízo e fora dele e a convocação da assembleia geral.

O conselho fiscal é composto por um presidente, um secretário e um vogal, competindo-lhe fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção, verificar as suas contas e relatórios e dar parecer sobre os actos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.

Os associados agrupam-se nas seguintes categorias:

- a) Fundadores;
- b) Efectivos;
- c) Honorários;
- d) Beneméritos.

São admitidos como associados os maiores de 18 anos que não estejam inibidos dos seus direitos cívicos.

21 de Junho de 2007. — O Notário, *João Américo Gonçalves Andrade*.

2611027477

OLHAR SOBRE A CRIANÇA — ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A CRIANÇAS CARENCIADAS

Anúncio (extracto) n.º 4402/2007

Certifico que, por escritura de 28 de Março de 2007, exarada de fl. 80 a fl. 81 do livro de notas para escrituras diversas n.º 74-A